

Análise Política

Ano 2, 52ª Edição - Brasília, 5/8/2021



SistemaOCB

somoscoop»

Segundo semestre começa com ritmo acelerado no Congresso Nacional

A entrevista do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (AL), na abertura dos trabalhos legislativos do 2º semestre, deram o tom do que deve vir por aí: os próximos meses legislativos serão bastante agitados. Na dianteira das discussões está a Reforma do Imposto de Renda (PL 2337/2021), que teve requerimento de urgência aprovado nesta quarta-feira (4/8) no Plenário da Câmara. Para o cooperativismo, a semana foi marcada, principalmente, pela aprovação no Senado da MPV 1040/2021, que visa modernizar o ambiente de negócios. Após atuação da OCB, incluímos importantes pleitos cooperativistas no texto da proposta, tendo em vista a **desburocratização dos negócios cooperativos**. Além disso, após mobilização da OCB e de outras confederações patronais, foi feita uma sinalização pelos parlamentares pela **exclusão de dispositivo que previa cortes no Sistema S**, no âmbito da MPV 1045/2021 (mudança de regras trabalhistas para enfrentamento da pandemia). Quer saber quais foram as nossas conquistas? Confira a seguir!



Presidente da Câmara, Arthur Lira propõe um cronograma arrojado na pauta legislativa

Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara



Reformas estruturantes



PL 2337/2021 - Reforma do Imposto de Renda | **Status:** Aguarda votação do plenário da Câmara a partir da próxima semana.



PEC 32/2020 - Reforma Administrativa | **Status:** Tramita em comissão especial da Câmara.



PL 591/2021 – Privatização dos correios | **Status:** Aguarda votação do plenário da Câmara a partir desta semana.



PEC dos Precatórios | **Status:** Aguarda envio da proposta pelo governo.

O avanço da Reforma do IR: Logo após ser anunciada como matéria prioritária para o segundo semestre pelo presidente da Câmara, a proposta de Reforma do Imposto de Renda (PL 2337/2021) teve seu requerimento de urgência aprovado no plenário da Câmara, por 278 votos favoráveis a 158 votos contrários. Apesar de ser uma importante sinalização, isso não significa, necessariamente, que o mérito da matéria vai passar com facilidade na Câmara. Diversos grupos do setor econômico tem feito pressão para que os deputados votem a Reforma Administrativa antes de tratarem de mudanças profundas na legislação tributária, como no caso das entidades do Instituto Pensar Agro (IPA). Tendo acompanhado de perto o tema, a OCB tem o posicionamento de que a Reforma do IR não prejudica o modelo de negócios cooperativista, já que **o texto deste projeto não altera a não incidência de imposto sobre o ato cooperativo**. O projeto faz parte da Reforma Tributária fatiada juntamente com a CBS e PEC que definirá a nova sistemática.

Legenda:  Tramitação avançada  Tramitação moderada  Tramitação sobrestada (Tendência)

Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara



Política de geração de emprego e renda



MPV 1045/2021 – Mudança de regras trabalhistas | **Status:** Previsão de ser votada no plenário da Câmara partir desta semana.



MPV 1045/21 - Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares no âmbito das relações de trabalho por conta da pandemia de coronavírus.

Posicionamento OCB: Pela supressão do artigo 32, §2º, inciso II, caput, e alíneas "a" a "f", artigo 33, artigo 52 e artigo 60 do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 1045, de 27 de abril de 2021.

Em sua atuação na defesa das cooperativas brasileiras, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está atenta às discussões nos Três Poderes da República. Trabalhamos junto com os senhores parlamentares e para desenvolver cada vez mais o nosso ambiente de negócios cooperativista. De acordo com o nosso Anuário do Cooperativismo de 2020, somos atualmente 5,3 mil cooperativas com 15,5 milhões de cooperados nos mais diversos ramos de atuação.

Estamos acompanhando com bastante atenção a MP 1.045/21 uma vez que o projeto de lei de conversão apresentou duas inovações, que não foram discutidas com as entidades e que impactam diretamente os Serviços Sociais Autônomos ou Entidades do Sistema "S" (SESI/SENAI; SESC/SENAC; SEST/SENAT; SEBRAE; SENAR e SESCOOP):

- Instituição do Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego – Prioire (arts. 24 e seguintes do PLV); e
- criação do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva – Requip (arts. 43 e seguintes do PLV).

A proposta institui que, para os trabalhadores contratados no regime do chamado PRIORE, além do salário normal, será instituída uma bonificação em valor equivalente ao salário mínimo hora e alcançará 1/4 (um quarto) do número de horas de trabalho pactuadas, limitado o valor do bônus ao valor mensal correspondente à duração do trabalho de 11 (onze) horas semanais.

Veja a Nota do Sistema OCB contrária à possibilidade de cortes no Sistema S

A retirada das menções ao Sistema S na MPV 1045/2021: Dentre as prioridades do presidente da Câmara para o início deste semestre, a MPV 1045/2021 trata de mudanças significativas na legislação trabalhista para o enfrentamento dos reflexos da pandemia, como, por exemplo, a suspensão dos contratos de emprego e a redução salarial. Dentre as modificações propostas pelo relator da matéria, deputado Christino Aureo (RJ), estava a retirada de 30% dos recursos de todo Sistema S, como forma de custear os impactos de medidas voltadas à inserção de jovens no mercado de trabalho. O tema foi inserido na MPV sem nenhuma conversa prévia com os setores envolvidos e sem apresentação de cálculo de impacto nos serviços prestados pelas entidades do Sistema S. Na avaliação das confederações patronais, trata-se de uma medida, a princípio, inconstitucional, na medida que impõe a entidades privadas o custeio, praticamente integral, de uma política pública com um tempo de adaptação bastante reduzido. Após forte mobilização da OCB e de outras confederações patronais, **há a previsão de acordo de votação para retirar esses dispositivos** com impacto negativo ao Sistema S do escopo da proposta.

Legenda:



Tramitação avançada



Tramitação moderada



Tramitação sobrestada

(Tendência)

Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara

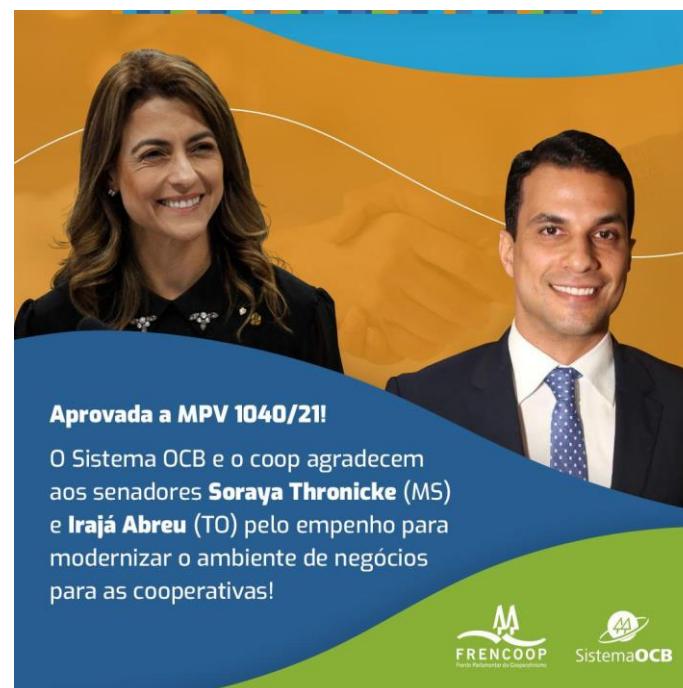


Desburocratização e melhoria do ambiente de negócios



MPV 1040/2021 – Ambiente de negócios | **Status:** Câmara deve analisar nesta quinta (5/8) as modificações realizadas no Senado.

Desburocratização dos negócios cooperativos: Outra proposição que deve entrar na pauta da Câmara a partir da próxima semana é a MPV 1040/2021, que visa modernizar o ambiente de negócios. A matéria foi votada pelo Senado nesta semana e, com as alterações, retorna ao plenário da Câmara. As emendas da OCB que permitem a **convocação de assembleias mediante edital em sítios eletrônicos** pelas cooperativas foram acatadas pelo relator da matéria, senador Irajá Abreu (TO) e apresentadas pela senadora Soraya Thronicke (MS), conforme solicitação da OCB. Além disso, o senador Irajá manteve no texto a **permissão para a adoção de livros de folhas soltas ou fichas ou em meio digital**, conforme texto aprovado pela Câmara dos Deputados, proveniente da emenda 180, apresentada pelo deputado Evair Vieira de Melo (ES), presidente da Frencoop. O texto aprovado permite, ainda, a **realização de assembleias virtuais** por associações, o que inclui a OCB e as Unidades Estaduais da OCB.



Legenda: Tramitação avançada Tramitação moderada Tramitação sobrestada (Tendência)

Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara



Prioridades da FPA



PL 2633/2020 – Regularização fundiária | **Status:** Aprovada na Câmara nesta semana, a matéria segue para o Senado.



PL 6299/2002 – Nova Lei dos Pesticidas | **Status:** Previsão de ser pautado no plenário da Câmara a partir do mês de agosto.



Sérgio Souza (PR),
presidente da FPA, esteve à
frente das negociações

Avanço da pauta da FPA: Nesta terça-feira (3/8), a Câmara dos Deputados aprovou em plenário, por 296 votos favoráveis, o parecer do deputado Bosco Saraiva (AM) ao PL 2633/2020, que trata da regularização fundiária no país. A proposta prevê a regularização de terras com processo facilitado pelo uso do sensoriamento remoto, em propriedades com até seis módulos fiscais. Entre as prioridades da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para 2021, o projeto teve acordo firmado entre a bancada e o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (AL), em reunião realizada em julho, antes do recesso parlamentar. Há a perspectiva de aprovação de outro item na pauta da FPA, o PL 6299/2002, que atualiza a atual lei de defensivos agrícolas. No entanto, este projeto, que está na **Agenda Institucional do Cooperativismo 2021**, deve ter maior dificuldade para avançar em sua tramitação, devido a pressão da opinião pública acerca do tema. Recentemente, o relator do projeto, deputado Luiz Nishimori (PR) esteve reunido com OCB e Ocepar para pedir apoio à aprovação da matéria.

Legenda:



Tramitação avançada



Tramitação moderada



Tramitação sobrestada

(Tendência)

Termômetro da pauta legislativa indicada pelo presidente da Câmara



Mudanças nas regras eleitorais



Reforma Política | **Status:** Existem cinco iniciativas tramitando. A principal está pronta pra ser votada em comissão especial.



PEC 135/2019 – Voto impresso | **Status:** Está pronta para ser votada em comissão especial, mas não há consenso.






Reforma Política e os seus possíveis impactos para as eleições de 2022: Para além da proposta de voto impresso e auditável, bandeira que tem sido levantada pelo presidente da República, mas com grande resistência no Congresso Nacional e no STF, dentre as propostas de Reforma Política em tramitação que mais chamam a atenção é a da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 125/2011, que **propõe a adoção do chamado “Distritão”**. O objetivo da proposta é modificar o sistema de eleição atual (voto proporcional), que leva em consideração a proporcionalidade de votos dados aos partidos políticos para distribuir cadeira. Assim, os candidatos mais votados em seus estados são os eleitos para um mandato no Congresso Nacional. Se a ideia é simplificar a regra eleitoral, para facilitar o entendimento da opinião pública sobre como votos são convertidos em cadeiras, essa é uma possível saída. Mas a matéria esbarra em uma série de críticas: a tendência geral da adoção desse sistema é fortalecer ainda mais a figura dos candidatos, em detrimento da escolha pragmática dos programas dos partidos políticos, além de **concentrar ainda mais recursos financeiros (e consequentemente votos) em candidatos de projeção em todo estado**. Caso a matéria seja aprovada em comissão especial, segue para a análise do plenário da Câmara e, na sequência, para o crivo do Senado Federal, ambos devendo ter maioria qualificada de votos (3/5 das cadeiras).

Legenda:  Tramitação avançada  Tramitação moderada  Tramitação sobrestada (Tendência)

As prioridades do cooperativismo no Congresso Nacional



Prioridades do Sistema OCB | Agenda Institucional do Cooperativismo 2021

- | | | |
|---|--|---|
|  | Ato cooperativo na Reforma Tributária | Status: O Sistema OCB monitora a tramitação do projeto de lei que institui a CBS e de outras iniciativas em tramitação, atento para a defesa do ato cooperativo. |
|  | PLP 27/2020 – SNCC (LC 130/2009) | Status: Com negociação avançada entre OCB e Banco Central, a proposta aguarda votação de requerimento de urgência no plenário da Câmara. |
|  | PL 8824/2017 – Telecom por cooperativas | Status: Após ser aprovada na Câmara no final do primeiro semestre, a matéria segue ao Senado, com boas perspectivas de aprovação. |
|  | PLP 519/2018 – Cooperativas de Seguros | Status: O tema tem sido pautado pela OCB em diversas reuniões com o governo, mas necessita de maior amadurecimento para a inclusão na pauta do plenário. |
|  | Recuperação Judicial por cooperativas | Status: Com o avanço do alinhamento interno sobre a proposta de recuperação judicial do modelo cooperativo, o tema deve ser apresentado como projeto de lei. |

Prioridades do cooperativismo para o segundo semestre: Após importantes avanços na pauta cooperativista na primeira metade do ano, a intenção do Sistema OCB é dar continuidade à sua pauta de prioridades no Congresso. Para tanto, será realizada uma reunião na próxima quinta-feira (12/8) da Diretoria da Frencoop com o objetivo de pautar os parlamentares da necessidade de avanço destes e de outros importantes projetos para o cooperativismo.

Legenda:  Tramitação avançada  Tramitação moderada  Tramitação sobrestada (Tendência)

Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb



somoscoop»

www.somoscooperativismo.coop.br